



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

I – Necessidade da contratação:

Considerando a Resolução Nº 321/2022 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que instituiu a Nova Política de Comunicação Social no âmbito da Justiça do Trabalho, estabelecendo estrutura mínima para o funcionamento das unidades de Comunicação Social e prevendo contratação de serviços por meio de empresas jurídicas (artigos 10 e 11), e a fim de atender aos objetivos estratégicos do TRT da 24ª Região, este estudo apresentará soluções para viabilizar uma comunicação eficaz e efetiva com a sociedade, imprensa e público interno (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários).

Neste sentido, são objetivos dos serviços de Comunicação Social deste tribunal, conforme a Resolução Administrativa Nº 75/2021:

- I - promover a transparência institucional; II - garantir o direito coletivo à informação;
- III - dar amplo conhecimento à sociedade das decisões judiciais e administrativas da Justiça do Trabalho;
- IV – divulgar os direitos do cidadão e os serviços colocados à disposição da sociedade;
- V - disseminar informações corretas sobre assuntos que sejam de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações da Justiça do Trabalho;
- VI – promover a participação de magistrados e servidores nas ações previstas nesta Resolução;
- VII – contribuir para o fortalecimento da imagem institucional da Justiça do Trabalho despertando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância desse ramo do Poder Judiciário para a garantia de direitos e da paz social;
- VIII - ordenar corretamente o desenvolvimento de qualquer ato solene ou comemoração pública que necessite de formalização.

Tem-se, ainda, como áreas de atuação elencadas no referido:

- I – Divulgação: abrange a disponibilização, por diferentes mídias, de informações relativas a decisões judiciais e administrativas de interesse público, inclusive as de caráter cultural e de utilidade pública;
- II – Imprensa: compreende o atendimento a profissionais de imprensa e o monitoramento de veículos de informação;
- III – Comunicação Interna: compreende a elaboração de ações e programas de comunicação dirigidos a magistrados, servidores e colaboradores, bem como a divulgação de notícias de interesse interno;
- IV – Comunicação Digital: compreende a gestão e a governança do Portal do TRT24 na Internet, bem como o gerenciamento da comunicação interna na Intranet;
- V – Marketing e Publicidade: compreende a coordenação de campanhas publicitárias institucionais ou de utilidade pública;
- VI – Audiovisual: compreende a captura, gravação, edição e veiculação de áudios,



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

fotografias e vídeos, além da transmissão de sessões, palestras, eventos e cursos;
VII – Cerimonial e Relações Públicas: compreende o assessoramento, planejamento e execução de solenidades e eventos institucionais, bem como a coordenação do relacionamento do Tribunal com instituições públicas e privadas.

Analisando o rol de competências, é lógico deduzir que é indispensável um corpo funcional multidisciplinar e especializado capaz de executar as atividades previstas na Política de Comunicação Social do tribunal. Contudo, é importante esclarecer que a Coordenadoria de Comunicação Social não possui servidores especializados para a execução de determinadas atividades como operação de câmera, microfone, mesa de áudio e switcher de vídeo para transmissão de eventos e sessões; diagramação e criação de artes gráficas; e edição de vídeo

- serviços essenciais para o funcionamento da unidade, além de garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e dos princípios da transparência e publicidade.

Cabe ressaltar que não havendo nos quadros atuais da Administração servidores concursados para desenvolver tais atividades, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo como a solução cabível, que possibilita a contratação indireta de serviços.

Além das atividades descritas anteriormente, a Coordenadoria de Comunicação Social também é responsável pelas transmissões de eventos institucionais e das sessões de julgamento das turmas e do Tribunal Pleno, as quais demandam não apenas profissionais capacitados, como também muitas horas de trabalho. Em 2023, foram realizados **118 eventos/sessões com cerca de 410 horas** de transmissões ao vivo no canal do YouTube do TRT24, sem contar as transmissões de cursos da Escola Judicial, os quais, em grande parte, são executados pelos terceirizados da Comunicação. Se somarmos às horas da efetiva transmissão o tempo necessário para montagem, testagem e desmontagem dos equipamentos, a quantidade de horas trabalhadas aumentaria em pelo menos 1h30 por evento.

Isso significa que, ainda que **os servidores da CCOM** tivessem capacidade técnica para operar os equipamentos necessários, **deixariam de trabalhar 528 horas anuais (o que equivale a uma média de 44 horas por mês ou 2 horas por dia) em outras demandas da unidade**, só para atender as transmissões, o que comprometeria a qualidade e agilidade dos trabalhos de redação jornalística, publicação de conteúdos no portal e redes sociais,



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

atendimento à imprensa e assessoramento da Presidência, desembargadores e juízes, além de tarefas administrativas diversas. Interessante mencionar, ainda, o custo x benefício da contratação, tendo em vista o valor da mão-de-obra dos servidores, que recebem salários mais altos do que os praticados no mercado para a categoria a ser contratada.

Adverte-se que a não contratação serviços com dedicação exclusiva de mão de obra implicaria na descontinuidade da transmissão das sessões e eventos institucionais, descumprindo exigências do Ranking da Transparência do CNJ e do art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015, que estabelece a publicidade das sessões de julgamento, ocasionando grande prejuízo para a Secretaria do Tribunal Pleno e para os advogados, que já estão familiarizados em acompanhar as sessões online.

Haveria prejuízos significativos também à Coordenadoria de Comunicação Social do TRT24, que ficaria impossibilitada de desempenhar atividades rotineiras como a diagramação de periódicos, cartazes, revistas, além da criação de artes gráficas e impressas – afetando outras unidades e demandas institucionais. A produção de vídeos também seria afetada, prejudicando a comunicação com o público interno e externo e diminuindo a qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, atingindo a imagem da instituição.

A contratação do serviço também tem como finalidade atender as demandas da Escola Judicial do TRT24, sobretudo realizar transmissão dos eventos presenciais para on line, possibilitando o acesso a todos magistrados(as) e servidores(as) da capital e interior, realizar gravação de treinamentos presenciais para posterior revisão dos alunos, bem como disponibilizar aos que não puderam participar no momento. O serviço também realizará transmissão dos eventos telepresenciais para o Youtube, facilitando o acesso a todos a qualquer tempo, mesmo após os eventos. O operador também realizará os testes e ajustes nos equipamentos (filmagem e som) previamente aos eventos, para que estejam configurados e ajustados para as capacitações. O operador também dará apoio para fotografia nos eventos, atualizará o site da Escola Judicial com as fotos, bem como vai elaborar cartazes e inserir no site, para divulgação do evento. Também dará apoio nas certificações, com elaboração dos certificados, inclusive certificados com modelos ajustados à imagem dos eventos, quando necessário. Elaborará formulários no Google Forms e realizará apoio no evento para substituição de pilhas de microfone e suporte na projeção. Também auxiliará com apoio da EJUD no EAD com elaboração de arte. Ou seja, as atividades são imprescindíveis à capacitação, não estando restrita só aos eventos de capacitação, mas também previamente, durante a preparação, e posteriormente com a disponibilização das gravações, fotos e atualizações do site.

A necessidade de ter uma pessoa focada nos eventos da EJUD é justificada pelo número de cursos realizados nos últimos anos. Somente do 1º semestre de 2024 foram realizados 34



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

eventos de capacitação (presenciais, on line e EAD) com 227 horas-aula. Em 2023, foram promovidos 74 cursos (presenciais, on line e EAD) com **630,5 horas-aula, o que representa cerca de 14 horas semanais de transmissão de aulas** (excluindo o mês de janeiro, quando não há realização de eventos). Lembrando que nos casos dos cursos presenciais, são necessárias pelo menos duas pessoas para fazer o trabalho.

Cumprir ressaltar que é um serviço técnico imprescindível à execução dos treinamentos. Dessa forma, a contratação do serviço tem por finalidade dar cumprimento às atividades da Escola Judicial especialmente as previstas no art. 3º, inciso IV e VI da Resolução Administrativa nº 5/20217, que trata do Estatuto da Escola Judicial, bem como o serviço daráapoio para a execução das capacitações, conforme art. 17 da Resolução CSJT nº 159/2015 que trata da Política Nacional de Educação para servidores da Justiça do Trabalho, e tambémo serviço dará apoio na formação inicial e formação continuada de magistrados a cargo da Escola Judicial, em conformidade com a Resolução ENAMAT nº 28/2022.

Não obstante a isso, o serviço dará apoio em uma diversidade de Resoluções do CNJ e CSJT que determinam a realização de capacitação em diversas temáticas, cujo o serviço técnico éessencial para propiciar os meios de transmissão para que a capacitação atinja a todos os magistrados(as) e servidores(as) desta Corte, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do tribunal, sendo que a ausência do terceirizado colocaria em risco o cumprimento do mesmo.

Em atenção ao art. 70 da IN SEGES nº 5/2017, informo que as contratações anteriores aindaestão vigentes, não sendo possível, assim, juntar relatórios finais das respectivas, conforme processos administrativos nº 19520/2022 e 20411/2023. No entanto, em atenção à norma, verificou-se nas experiências adquiridas nestes contratos que, atualmente, a CCOM tem trêsprestadores de serviços atuando na unidade, número que mostra-se insuficiente para atender todas as demandas, em especial as da Escola Judicial que desenvolve atividades de capacitação em praticamente todas as semanas do ano, sendo necessário suporte da CCOM ou contratação de serviços sob demanda para realizar a transmissão dos eventos. Nesse sentido, propõe-se a contratação de quatro pessoas de modo a ampliar as tarefas e melhorar a qualidade dos serviços prestados, de tal modo que os quatro profissionais fariam lotados na CCOM, mas um deles atenderia de forma prioritária a EJUD.

Por fim, a contratação tem a finalidade de promover uma comunicação mais robusta com a sociedade, ajudando a divulgar, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e os serviços colocados à sua disposição pela Justiça do Trabalho, em todas as suas instâncias. Considerando que as atividades de Comunicação Social são acessórias aos objetivos do tribunal e estão previstas no Planejamento Estratégico, a contratação dos serviços terceirizados se torna imperiosa,



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

com benefícios diretos para a sociedade em termos de maior agilidade na comunicação e entrega dos serviços.

**II – Alinhamento ao Plano Estratégico e
Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:**

A pretendida contratação alinha-se ao Plano Estratégico 2021 a 2026 do TRT24 (Revisão em 2023) que estabeleceu como objetivo estratégico “fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais” para “aperfeiçoar os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça esociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho”. Além disso, reforça a visão do TRT-24 de “ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua paraa pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país”.

Ainda com relação ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRT da 24ª Região, a contratação tem por finalidade o apoio para a execução do Objetivo Estratégico "Incrementar o Modelo de Gestão de Pessoas", na orientação estratégica "Desenvolvimento de perfis profissionais vinculados à estratégia", já que parte dos serviços dos terceirizados será atenderas demandas da Escola Judicial.

Acrescenta-se que, em consonância com a Nova Política de Comunicação Social, instituída pela Resolução Nº 321/2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e considerando aResolução Nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Comunicação Social no Poder Judiciário, a contratação do serviço tem como objetivo dar mais ampla divulgação às ações deste tribunal tanto ao público externo, quanto ao interno.

É importante ressaltar que a Resolução nº 85 do CNJ considera que o aprimoramento da Comunicação Social com o público externo é um dos Objetivos Estratégicos do Judiciário. A resolução dispõe que as informações sobre todas as ações dos Tribunais, incluindo as referentes ao andamento processual, aos atos judiciais e administrativos, aos dados orçamentários e ao desempenho operacional, devem ser disponibilizadas de forma clara e acessível. Para se conseguir atender aos preceitos das referidas resoluções e poder dar vazão aos serviços atualmente demandados, bem como proceder ao seu aperfeiçoamento, é necessária a contratação pretendida.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Verifica-se que a pretendida contratação está integralmente alinhada ao Plano de Logística Sustentável TRT24 2021 a 2026, mormente aos objetivos dos eixos nº 14, 15 e 18.

Anota-se que a contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2024

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (Serviços e Materiais de Consumo Diversos), sob item SIGEO-JT nº 151252024000174 e nº 151252024000179

O custo também está contemplado na Previsão Orçamentária para o ano de 2025, com rateios dos gastos entre a Coordenadoria de Comunicação Social e a Escola Judicial com o Item SIGEO151252025374546 e 151252025000167 - "Capacitação PJ Servidores" do orçamento da Escola Judicial – PTRES 168297. Fonte: 1000000000. Natureza: 3.3.90.39.

III – Requisitos da Contratação

- Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, entre 8h e 18h. Excepcionalmente, em razão de eventos, por necessidade da Administração, o serviço poderá ser realizado no período noturno e/ou aos finais de semana, cabendo a compensação de jornada em razão de 1,5 se realizada no sábado e em dobro aos domingos. Não haverá pagamento de horas extras.
- A razão pela qual os serviços podem ultrapassar o horário de funcionamento do TRT24 estipulado pela Resolução Administrativa 153/2022 é que as sessões de julgamento com certa frequência também ultrapassam o horário limite de 17h (dezessete horas) determinado pela Resolução. Contudo, os operadores atuaram em revezamento de escala, de modo que os turnos não ultrapassem as 6 horas diárias e 30 horas semanais



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

estipuladas nesta contratação.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Poderá ocorrer a necessidade de realização de serviços após o cumprimento da jornada de trabalho diária ou nos fins de semana e feriados, limitada nos termos da legislação. Nesse caso, a realização de serviços em horas suplementares deverá ser compensada, com a respectiva diminuição na jornada e deverá estar previsto no contrato de trabalho entre a empresa e o empregado ou através de instrumento coletivo. Portanto, não haverá pagamento de horas extras, apenas compensação, sendo que os feriados específicos do Judiciário serão considerados dias úteis com trabalho realizado no escritório da empresa. Nos dias de feriados nacionais em que houver prestação de serviços, a hora deverá ser compensada, com desacanso em dobro.
- Para auxiliar a fiscalização no controle da jornada dos empregados, a CONTRATADA deverá utilizar Sistema de Controle de Ponto digital com função de banco de horas e controle de localização por GPS, cujos custos deverão estar previstos na planilha de formação de preços (aba insumos).
- Quanto ao Sistema de Controle de Ponto digital, indica-se, como solução disponível no mercado, a utilização de aplicativos de celular que realizem o registro e o acompanhamento da frequência dos funcionários por parte da contratada. O mercado dispõe de diversas soluções, como, por exemplo, os aplicativos *iPonto*, *RhiD Mobile*, *Pontotel*, entre outros. Os custos relativos ao uso destes aplicativos devem ser informados na Planilha de Formação de Custos, aba insumos.
- A utilização do Ponto Eletrônico se faz obrigatória para o controle de jornada, tendo em vista o número reduzido de servidores do quadro e o horário diferenciado da prestação dos serviços.
- Serão considerados feriados:
 - Nacionais: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro, 25 de dezembro e os móveis Carnaval (2 dias), Sexta-feira Santa e Corpus Christi;
 - Estadual: 11 de outubro; e
 - Municipais: 13 de junho e 26 de agosto.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- **Recesso forense e férias:** Considerando que todos os anos o Tribunal paralisa as suas atividades durante o recesso forense (20 de dezembro a 06 de janeiro), sugere-se que a contratada conceda férias neste período (18 dias) para todos os empregados do contrato com o TRT24, não sendo necessária a reposição dos postos de trabalho. Os outros 12 dias de férias poderão ser usufruídos ao longo do ano, preferencialmente nos meses de janeiro e julho, sendo que, não poderá haver a ausência de mais de um terceirizado ao mesmo tempo (com exceção do período de recesso acima mencionando), por motivo de férias, tendo em vista a especificidade dos serviços a serem desenvolvidos por estes profissionais sob pena de prejudicar as atividades diárias do Tribunal. Excepcionalmente, será aceito que até dois empregados gozem férias em janeiro, tendo em vista que os prazos ficam suspensos até o dia 20 de janeiro de cada ano em razão das férias da advocacia, período em que não há realização de sessões de julgamento no tribunal.
- **Em caso de impossibilidade do gozo de férias no período de recesso forense,** poderá ser adotada a compensação de jornada de trabalho durante o período devido à excepcional e temporária redução da demanda de trabalho. A compensação também poderá ser adotada em caso de necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos. Os procedimentos em relação a essas compensações deverão observar as regras do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e da Instrução Normativa SEGES nº 81, de 12 de setembro de 2024.
- **Caso as férias sejam gozadas nos meses de janeiro, julho ou durante o recesso forense** não há necessidade de substituição.
- **A planilha de formação de custos** vai prever a substituição para os 30 dias de férias de cada empregado. Não havendo a necessidade de substituição, conforme exposto acima, o fiscal fará a glosa proporcional à eventual não substituição.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Para melhor compreensão, elaboramos a tabela abaixo:

Período	Quantidade de empregados em férias	Substituição
Recesso forense (20/12 a 06/01)	Todos	Não
Janeiro	No máximo 2 (dois)	Não
Fevereiro	No máximo 1 (um)	Sim
Março	No máximo 1 (um)	Sim
Abril	No máximo 1 (um)	Sim
Maio	No máximo 1 (um)	Sim
Junho	No máximo 1 (um)	Sim
Julho	No máximo 1 (um)	Não
Agosto	No máximo 1 (um)	Sim
Setembro	No máximo 1 (um)	Sim
Outubro	No máximo 1 (um)	Sim
Novembro	No máximo 1 (um)	Sim
Dezembro	No máximo 1 (um)	Sim

- Os serviços serão prestados no município de Campo Grande-MS e nos demais municípios do estado em que houver unidades judiciárias, conforme necessidade do serviço. Nesses casos, o tribunal garantirá as condições para a execução do trabalho, como fornecimento de transporte e equipamentos.
- Excepcionalmente, a critério da Administração, poderá ser necessário o deslocamento do(a) funcionário(a) para atender eventos no interior do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo, nesses casos, a contratada avisada com pelo menos 3 dias de antecedência e os custos com o deslocamento a cargo do contratante. Será devido o pagamento de diária, cujo valor será o mesmo praticado na contratação de motoristas deste Tribunal (PA 20.517/2022).
- Os custos relativos a eventuais deslocamentos por conta da necessidade do serviço (diárias) estão previstos na Planilha de Formação de Custos, após serem informados os valores, estes serão pagos pelo contratante conjuntamente à fatura mensal daquele período.
- Para efeitos dos custos da contratação, será contabilizado o pagamento de até 18 diárias por ano. Memória de cálculo: 2 eventos por ano, com o deslocamento de três profissionais por três dias, considerando a montagem e desmontagem dos equipamentos. A quantidade de diárias poderá ser alterada em caso de estrita necessidade da Administração e mediante disponibilidade orçamentária.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Na planilha de formação de custos, na aba diária, passagem e combustível, foi informada a quantidade de 1 diária com pernoite e 0,5 diária sem pernoite, por mês. O cálculo foi feito levando em consideração que serão necessárias 12 diárias com pernoite (1 diária x 12 meses = 12 diárias no ano) e 6 diárias sem pernoite, ao longo do ano (0,5 diária x 12 meses = 6 diárias no ano).
- Com o objetivo de baratear os custos, não há necessidade de o profissional utilizar uniforme, sendo que o crachá é suficiente para identificar o terceirizado.
- O início do contrato será contado a partir da data da assinatura.

b) Requisitos e competências dos profissionais:

- Primeiramente, deve-se salientar que o mercado dispõe de prestadoras de serviços e empregados capazes de desempenhar as atividades necessárias, dadas as contratações realizadas por este regional em anos anteriores, inclusive os contratos em andamento, os quais foram realizados por funcionários que executaram atividades semelhantes às aquelas almejadas por este processo de contratação do serviço, conforme se pode observar nos Processos Administrativos 21585/2020, 19520/2022, 20411/2023.
- O perfil apropriado para melhor atender as demandas do tribunal é o profissional de produção multimídia. O cargo compatível é o tecnólogo em produção audiovisual (CBO 2621-35)¹.
- O produtor multimídia desenvolverá atividades nas áreas de captação de áudio e imagens; gravações e transmissões ao vivo de eventos e sessões judiciais no canal do Youtube do TRT da 24ª Região; criação de artes gráficas e diagramação; elaboração de textos e roteiros; criação de conteúdos para redes sociais; criação de informativos eletrônicos e mídia indoor; e arquivamento e armazenamento de mídias audiovisuais.
- O produtor multimídia desenvolverá atividades nas áreas de captação de áudio e imagens; gravações e transmissões ao vivo de eventos e sessões judiciais no canal do Youtube do TRT da 24ª Região; criação de artes gráficas e diagramação; elaboração de textos e roteiros; criação de conteúdos para redes sociais; criação de informativos eletrônicos e mídia indoor; e arquivamento e armazenamento de mídias audiovisuais.
- A contratação para atender às necessidades previstas se baseia no conhecimento profissional interdisciplinar nas seguintes áreas: Produção Audiovisual, Comunicação Social (Jornalismo, Rádio e TV, Publicidade ou Marketing) e Design Gráfico.

¹ Segundo a descrição das atribuições do concurso do Senado Federal para o cargo de analista legislativo, tal profissional deve:

“gerenciar a informação em texto, áudio, vídeo e fotografia de modo a articular as diversas mídias para publicação em meio digital. Criar, produzir e finalizar recursos multimídia. Domínio de processos de digitalização, edição, criação de interfaces e construção de conteúdos. Controle de qualidade de som e imagem para mídia digital”. (Senado Federal, edital Concurso Público 04/2008, Anexo I, p.17)



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Os postos de trabalho deverão ser preenchidos por profissionais com conhecimento na área e considerar que a execução dos serviços compreende um grau elevado de processo criativo, ou seja, ao desenvolver qualquer produto, não basta apenas executar um “passo a passo” de tarefas, é necessário pesquisar o objetivo da demanda, adaptar conteúdo para a linguagem específica, com uma aplicação profissional dos conceitos estéticos e criar um conceito da melhor forma de comunicar a informação.
- Convém ressaltar que a criação destes postos de trabalho especializados pretende gerar produtos que devem ser apresentados com qualidade aceitável, compatível com os demais materiais publicitários, informativos e treinamento oferecidos por órgãos e empresas no setor, pois eficiência da comunicação também é relacionada com apresentação de qualidade dos conteúdos.
- Com relação ao período de experiência e capacidade técnica na prestação de serviços similares ao objeto da contratação, exigidos por parte da empresa contratada, esta deve apresentar as certidões, atestados de capacidade técnica e demais documentos no momento da habilitação de sua participação nesta contratação.
- Considerando o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017. ANEXO VII-B, item 10.6, será necessário a licitante comprovar que tenha executado serviços com, pelo menos, 4 (quatro) postos de trabalho com, no mínimo, 30 (trinta) horas semanais por posto, por período não inferior a 03 (três) anos.
- É vedada a contratação de trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra para a prestação dos serviços objeto desta contratação, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Atividades a serem desempenhadas – Coordenadoria de Comunicação Social:²

1. Promover a operação informatizada de áudio do sistema de som e dos equipamentos de gravação e transmissão das sessões de julgamento do TRT24;
2. Operar sistemas digitais ou analógicos de captação e distribuição de sinais de som, gerados pela mesa de áudio;
3. Realizar montagem, teste e desmontagem de equipamentos de áudio e vídeo (câmeras remotas, gravadores, mesas de som, som ambiente e seus periféricos, televisores, projetores, suportes de TV, suportes de projetor e videoconferências);
4. Gravar áudio e vídeo de eventos do tribunal, organizando e disponibilizando os arquivos digitais conforme objetivo do evento;
5. Efetuar serviços de operação do áudio dos sistemas de som do TRT24, bem como operar os equipamentos de transmissão e gravação de áudio e vídeo das sessões de julgamento do TRT24;
6. Viabilizar a transmissão de eventos, reuniões e sessões de julgamento (ao vivo ou gravadas), via Intranet e Internet;
7. Configurar e administrar interface entre computadores e equipamentos de áudio e vídeo em ambiente Microsoft Windows;
8. Preparar, organizar e disponibilizar materiais multimídia de eventos para projeção em Datashow e mural eletrônico;
9. Viabilizar a realização de reuniões e eventos por videoconferências, como checar conexão e qualidade de áudio e vídeo e operar plataformas de videoconferência;
10. Operar equipamentos de áudio e vídeo, como câmeras, mesa de som e switcher de vídeo;
11. Realizar a sonorização de eventos e captação de áudio;
12. Realizar a cobertura fotográfica e em vídeo de eventos institucionais;
13. Auxiliar no processo de criação, produção e veiculação de conteúdos audiovisuais;
14. Auxiliar no processo de criação de artes gráficas e diagramação de periódicos, panfletos, cartazes, cartilhas e produtos impressos em geral;
15. Editar e finalizar vídeos para plataformas diversas como TV, redes sociais e mídia indoor em softwares profissionais (principalmente Pacote Adobe CC);

Em sites de oferta de vagas de emprego e banco de currículos, o Produtor Multimídia é associado com responsável em produzir textos, fotos, vídeos e áudios para plataformas interativas e digitais. A Produção Audiovisual se encarrega de elaborar e produzir conteúdos publicitários, documentais, jornalísticos, culturais e artísticos para circulação em diversos tipos de meios de comunicação. A participação do Produtor Audiovisual é indispensável para a confecção de vídeos e filmes. Fonte: https://www.anhanguera.com/curso/producao-audiovisual/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=tecnologo+producao%20audiovisual&utm_content=sch-l2_aedu_aon_graduacao_perf_cursos-menor-volume_gads_texto_producao-audiovisual_inscriver_automatico_google_cpa&utm_campaign=google_semadserver_sch-l2_aedu_aon_graduacao_perf_cursos-menor-volume_conversao_valor-



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

16. Realizar edição de arquivos de áudio em softwares profissionais; produção e reprodução em mídias eletrônicas (CD, DVD, FITA VHS etc.);
17. Elaborar e inserir vinhetas, animações, legendas e artes em geral em vídeos;
18. Fazer seleção musical, montagem de filmes, videotapes, trilhas, vinhetas, jingles, spots e aplicação de efeitos especiais;
19. Produzir textos para site, redes sociais e boletins informativos;
20. Gerenciar e armazenar mídias digitais;
21. Conferir equipamentos e ligações, antes da realização dos eventos;
22. Zelar pela guarda, conservação, manutenção, bom funcionamento e limpeza dos equipamentos de áudio, vídeo, fotografia e informática, bem como do local de trabalho;
23. Apresentar relatório de atividades desempenhadas;
24. Produzir relatórios e planilhas de controle de uso, estado de conservação, necessidade ou não de manutenção das salas e equipamentos disponibilizados pelo TRT24;
25. Executar outras atividades correlatas.

• Atividades a serem desempenhadas - EJUD:

1. Tirar fotos e fazer o upload das fotos nas pastas de rede e página da web da Escola Judicial do TRT24, mediante acesso a ser disponibilizado;
2. Realizar transmissões de evento presencial para online, ao vivo, operando câmera, equipamentos de som, como mesa de som, microfones e outros equipamentos de som que vierem a ser utilizados, transmitir o evento para os softwares telepresenciais, como o Zoom, bem como para o Youtube, fazendo a comunicação do evento presencial para online e possibilitando a comunicação (vídeo e áudio) entre os que estão presencialmente e os que estão online;
3. Abrir e encerrar as plataformas de transmissão, acompanhar os eventos e controlar o som, ruídos, retirando o áudio quanto necessário (mute) dos participantes, realizando a apresentação (compartilhamento) de slides quando necessário;
4. Transmitir os eventos telepresenciais para o Youtube, para plataforma telepresencial (como o Zoom), software de transmissão (como o OBS Studio) e os canais sociais, como o Youtube;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

5. Realizar a montagem e desmontagem e configuração dos equipamentos de som, filmagem e operar computadores;
6. Operar câmera de filmagem, com gravação ou transmissão;
7. Elaborar artes visuais, como cartazes online, modelos de certificados, artes para inserir em google forms, capa de revista do Tribunal ou outras artes que se fizerem necessária;
8. Fazer edição de vídeos, bem como upload para Youtube. Realizar configurações para melhor utilização do Zoom, bem como configuração do Canal do Youtube da Escola Judicial para melhor visualização;
9. Fazer o upload de arquivos e vídeo e inserção desses materiais em sistema de EAD (moodle), mediante acesso e orientação;
10. Criar modelos de certificados e auxiliar na geração automatizada de certificados, inclusive podendo utilizar o sistema próprio cujo acesso será disponibilizado;
11. Dar apoio nos eventos, como elaboração ou ajustes em cartazes, artes para google forms, criar formulário on line (google forms) e realizar a transmissão ou filmagem;
12. O Termo de Referência trará em forma de anexo lista exemplificativa de sistemas e equipamentos a serem operados pela contratada, na prestação dos serviços.

- Os profissionais contratados pela empresa deverão, de forma conjunta, executar todas as atividades descritas anteriormente.
- Requisitos mínimos: Ensino Superior completo em Produção Audiovisual, Comunicação Social (Jornalismo, Rádio e TV, Publicidade ou Marketing) e Design Gráfico ou Ensino Médio Completo com experiência na área comprovada mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou documentação equivalente por período não inferior a 12 meses. Opta-se pela contratação de serviços desempenhados por profissionais de comprovada experiência dadas as demandas de complexidade técnica e também ao fato de que serão realizadas atividades em áreas diversas da produção audiovisual durante o período da contratação do serviço.

Convém esclarecer que a equipe de planejamento fez uma análise mais detalhada sobre a oferta de profissionais com Ensino Superior Completo nas áreas de atuação desejadas, no município de Campo Grande (onde dar-se-á a execução). Encontramos um número restrito de profissionais, conforme tabela abaixo elaborada com dados da Sinopse Estatística da Educação Superior 2022 (pesquisa mais recente disponível), do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira³.

³ Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Limitaria as opções de contratação por parte da CONTRATADA, dificultando o preenchimento dos postos e a execução dos serviços.

Assim, optou-se por facultar os requisitos do profissional, desde que fique comprovada a experiência com base nos empregos anteriores registrados na CTPS. A possibilidade de aceitar ensino médio com experiência na área comprovada em carteira assinada reconhece que há casos excepcionais de profissionais que adquiriram habilidades práticas relevantes ao longo de sua carreira profissional. Isso pode ser especialmente relevante em situações onde a experiência prática é extensiva e demonstra competência equivalente à formação acadêmica.

Portanto, a exigência preferencial de ensino superior completo, combinada com a flexibilidade de considerar experiência relevante, visa garantir que o profissional contratado tenha as habilidades necessárias para desempenhar as complexas e exigentes funções na área de multimídia com eficiência e qualidade.

Classificação Brasileira de Ocupações: para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à categoria de ocupação conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2621-35 - tecnólogo em produção audiovisual (CBO). Também serão aceitos empregados de categorias profissionais compatíveis com as atribuições desejadas do posto de trabalho, exemplificadas a seguir:

- Operador de Mídias Audiovisuais;
- Operador de Controle Mestre;
- Operador de Câmera;
- Operador de Áudio;
- Editor de Mídia Audiovisual;
- Produtor de Rádio e TV;
- Técnico em Produção de Áudio e Vídeo;
- Técnico em Rádio e Televisão;
- Técnico em Comunicação Visual;
- Técnico em Multimídia;
- Técnico em Sistemas Audiovisuais;
- Tecnólogo em Multimídia;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

c) Natureza do objeto:

O objeto se enquadra nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, construindo-se em serviços auxiliares, acessórios, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão, e visam complementar a capacidade operacional do quadro próprio de pessoal, visto que nos quadros atuais do TRT24 inexistem servidores com as habilidades para a execução das atividades especializadas de Comunicação Social, podendo desta forma ser objeto de execução por terceiros conforme art. 48 da Lei nº 14.133/21.

Enquadra-se, ainda, na categoria de serviços comuns, nos termos do art. 193, inciso II, letra “b” da Lei nº 14133, de 2021, do Decreto nº 3.555, e do Decreto nº 5.450, de 2005 e nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997.

A contratação se enquadra em um serviço contínuo conforme definida pelo inciso XVI do art. 6º da LLCA, visto que os serviços serão executados, substancialmente, nas dependências do contratante, não haverá compartilhamento de recursos humanos e materiais para outras funções/contratações estranhas a este contrato, e haverá a possibilidade de controle e supervisão dos recursos humanos por parte da Fiscalização do contrato a todo momento que se julgar oportuna e necessária a fiscalização.

Visto que a principal atividade desempenhada pelos profissionais será a transmissão de eventos e sessões de julgamento do Tribunal Pleno e das Turmas, que ocorrem de forma praticamente ininterrupta durante todo o ano (com exceção do recesso de dezembro e dias de suspensão de prazos processuais no início de janeiro – período que coincidirá com as férias dos terceirizados). Dessa forma, não é possível que o serviço seja interrompido sob pena de prejuízo ao princípio da Publicidade e descumprimento de exigências dos órgãos superiores quanto à transparência dos atos processuais.

d) Duração do contrato:

Contratação de prestação de serviços continuados essenciais ao funcionamento do órgão com duração inicial de 30 meses e possibilidade de prorrogação até o limite de 10 (dez) anos nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Os serviços especializados de Comunicação Social são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade da Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do TRT24, de modo que sua interrupção pode colocar em risco a imagem da instituição, comprometer o cumprimento da missão, do planejamento estratégico institucional e dos princípios de transparência e publicidade.

A previsão de duração inicial de 30 meses do contrato visa garantir a continuidade dos serviços ao longo dos anos, uma vez que se trata de serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão e cuja necessidade não tem previsão de cessar ao longo dos anos.

Nesse sentido, é pertinente concluir que, quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços.

Destarte, o prazo inicial de vigência de 30 meses só traz benefícios, visto que mitiga o risco de eventualmente a futura contratada não querer renovar e ter que a administração mobilizar todo aparato administrativo para realizar nova licitação, chamar o 2º colocado ou até ser obrigada a fazer uma contratação emergencial, o que demandaria todo um esforço para a nova contratada entender e adaptar-se, gerando inclusive atrasos na prestação de serviços. Não vislumbramos prejuízo para vigência maior que 12 meses, tendo em vista que caso não cumprida as obrigações contratuais pela contratada, o instrumento contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo.

Por fim, com o notório enxugamento de servidores na área administrativa, atende ao princípio da eficiência e da economia processual e é muito salutar para reduzir procedimentos desnecessários.

A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados. A vantagem econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em acordo e convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;

A fixação do prazo de vigência originário do contrato em 30 (trinta) meses visa maior vantagem econômica ao TRT24, projetando para o caso concreto:

- Menor custo na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é maior, ou seja, possibilidade de prestação de serviços por maior tempo e menor lucro mensal, porém, com horizonte de contrato maior;
- Menor custo, maior competitividade e atratividade do contrato devido ao maior prazo para amortização dos investimentos iniciais;
- Melhor qualificação da equipe técnica devido à expectativa de contrato de trabalho de 30 meses.

e) Garantia contratual:

Será exigido do licitante adjudicatário a prestação de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme artigo 98 da norma, em função da complexidade do objeto e histórico das contratações anteriores.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- A garantia, nos moldes da Lei 14.133/21, art. 96, já é habitualmente solicitada nas contratações de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, como pode-se observar nos Processos Administrativos 19520/2022 e 20411/2023. Não houve óbice por parte das empresas contratadas quanto à solicitação de garantia contratual, sendo adotadas quaisquer das modalidades previstas na legislação, incisos "I" ao "IV" do art. 93 da Lei 14.133/2021.
- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, quando os valores forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, nos termos do § 8º, art. 156 da Lei 14.133/2021.
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Deverá, ainda, ser prevista a utilização de conta vinculada, conforme disposto nas Resoluções n. 169/13 e n. 183/13, ambas do CNJ. A opção justifica-se pelos seguintes critérios:

- **Segurança financeira:** garante que haja recursos para o pagamento dos salários e benefícios, especialmente décimo terceiro e rescisão.
- **Transparência e controle:** a conta vinculada permite um controle mais rigoroso por parte da administração pública sobre os pagamentos efetuados aos trabalhadores terceirizados.
- **Cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais:** a conta vinculada ajuda a assegurar que os pagamentos de salários, benefícios, FGTS, INSS e outros encargos sejam feitos de forma regular e conforme estipulado pela legislação vigente.
- **Minimização de riscos jurídicos:** utilizar uma conta vinculada pode ajudar a reduzir os riscos de ações judiciais trabalhistas, pois demonstra que a administração pública está diligente em assegurar que os direitos trabalhistas dos terceirizados sejam respeitados.
- **Boa prática de gestão:** contribui para a transparência na aplicação dos recursos e para a proteção dos interesses dos trabalhadores envolvidos nos contratos de terceirização.

f) Critérios de sustentabilidade:

Em atenção ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, aprovado pela Resolução CSJT nº 310/2021, a CONTRATADA deverá comprovar, como especificação do objeto, ou seja, no momento da licitação, o atendimento das seguintes condições:

1. A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
 - 1.1. Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.
2. A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

2.1. O cumprimento dos dois subitens acima poderá ser demonstrado mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299> ou por declaração da CONTRATADA (modelos nos ANEXOS VII e VIII).

3. A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com a Resolução nº 310, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 24 de setembro de 2021, as seguintes condições:

3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

3.2. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

3.2.1 O cumprimento deste subitem poderá ser demonstrado mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>

Nos termos do art. 2º, § 2º, da Resolução CSJT nº 310/2021, as cotas raciais e de gênero não poderão ser observadas, visto que não há dispositivo legal que assim o determine, não cabendo à Administração arbitrar percentual mínimo de contratação pelas empresas, conforme o Acórdão nº 140/2017

- TCU - Plenário.

- Em atenção ao artigo 92 da Lei 14.133/2021, serão estabelecidas cláusulas contratuais referentes à obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- Em atenção ao artigo 116 da Lei 14.133/2021, ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- De acordo com inciso “IX” do art. 137 da Lei 14.133/2021, o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- Comprovante da realização, durante a vigência do contrato, de capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012, em conformidade com o item 2 (Contratação de Serviços) do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho aprovado pela Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021.
- Em atenção à Resolução Administrativa nº 68/2024 deste Tribunal, a empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, que está ciente dos termos constantes na Resolução nº 351/2020 – CNJ, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e na Resolução Administrativa nº 68/2024 – TRT 24, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. A comprovação da condição acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da CONTRATADA (modelo no ANEXO XX).”
- Em atenção à Resolução nº 255/2018 do CNJ que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, sempre que possível, a CONTRATADA deverá respeitar a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, considerada cada função do contrato. (Art. 2º, incisos V e VI). A observância da paridade de gênero, por função, nos contratos de serviço terceirizados não poderá causar a redução do percentual total de mulheres no contrato.

g) Normas técnicas e legislações a serem observadas:

- Serão relacionados em contrato os dispositivos de lei e demais normas técnicas a serem observadas durante o período de vigência da contratação, sendo esses dispositivos os seguintes:
- Lei Nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências;
- Decreto Nº 84.134, de 30 de outubro de 1979 - Regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978;
- Decreto Nº 9.329, de 4 de abril de 2018 - Altera o Anexo ao Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, que regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

h) Modelo de gestão do contrato:

- A contratação dar-se-á mediante a formalização de contrato entre este Tribunal e a licitante vencedora, conforme minuta anexa ao edital. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante com atribuições específicas, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/21.
- O contratante designará servidores para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços denominados Fiscais e Gestores de Contrato, titulares e substitutos, os quais realizarão a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
- Serão designados fiscais técnicos, fiscais administrativos, fiscais setoriais e o gestor para o contrato, cada um com atribuições específicas conforme detalhado no Termo de Referência. Ainda, com a possibilidade de a administração contratar empresa ou profissional para apoio à equipe de fiscalização.
- A comunicação entre as partes se dará por meio eletrônico. Nas interações da contratada com o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, será seguido o disposto na Lei nº 14.063/2021 que trata das assinaturas eletrônicas. Porém, quanto à apresentação pela contratada de pedido de prorrogação de prazo, defesas e recursos, conforme documentado no PA 1.147/2024, entendemos que tal previsão carece de definição de procedimentos internos operacionais. Dessa forma, não vislumbramos a possibilidade de exigir a assinatura eletrônica e a definição do tipo de assinatura para esta contratação.
- Não será necessário aos empregados da contratada que venham a atuar em regime de dedicação exclusiva de mão de obra junto ao tribunal o acesso a sistemas internos, sendo dispensada manifestação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) quanto a isso.
- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

i) Do instrumento de medição de resultado (IMR):

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço.

1.2 - Fica estabelecido que o presente Instrumento de Medição de Resultado – IMR, previsto no item 12 do Termo de Referência, tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto e aferir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

1.3 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

1.4 - As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultado – IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 - O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o fiscal do contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

2.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

2.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o fiscal do contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

2.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do fiscal do contrato.

2.5.1. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.

2.6. Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o fiscal do contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

2.7. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

2.8. O fiscal do contato, ao receber da CONTRATADA a fatura mensal para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

2.9. Verificada a regularidade da fatura, o fiscal do contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará para pagamento.

3. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

3.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência, desde que não implique inexecução total ou parcial do objeto, motivo de sanção administrativa.

3.2. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)		
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG		
PROCESSO 1495/2024 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
INDICADORES		
1	FUNCIONÁRIOS	
2	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
3	DOCUMENTOS	
INDICADOR Nº 01 – FUNCIONÁRIOS		
Finalidade	Garantir a quantidade de profissionais necessários à plena execução da prestação dos serviços de produção multimídia e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.	
Meta a Cumprir	100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.	
Instrumento de Medição	Conferência Local	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Ocorrências/ Pontuação	Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa	1,0 ponto por dia
	Deixar de substituir profissional ausente	1,0 ponto por dia por colaborador
	Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o posto de trabalho, sem a devida justificativa	0,5 ponto por dia
Faixas de ajustes no pagamento	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
Observações	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

INDICADOR Nº 2 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.	
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Ocorrências / Pontuação	Deixar de apresentar ou substituir preposto no prazo estabelecido em edital.	1,0 ponto por dia
	Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato, sem a devida justificativa.	1,0 ponto por ocorrência
	Deixar de gravar sessão de julgamento, evento ou curso de capacitação por erro operacional ou humano como esquecimento.	1,0 ponto por ocorrência
	Utilizar os equipamentos sem o devido cuidado e zelo, comendo ou bebendo perto dos mesmos, não guardando após o uso,	1,0 ponto por ocorrência



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

	deixando equipamentos ligados após a utilização,	
	Manter funcionário sem as competências previstas, para a execução dos serviços.	0,5 ponto por colaborador, por dia
Faixas de ajustes no pagamento	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
Observações	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 03 – DOCUMENTOS		
Finalidade	Garantir a plena fiscalização dos serviços contratados.	
Meta a Cumprir	100% do envio dos documentos previstos no contrato.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de Acompanhamento	Preenchimento do check list de documentos a serem enviados.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Ocorrências / Pontuação	Deixar de apresentar documentos fiscais.	1,0 ponto por ocorrência
	Deixar de apresentar documentos trabalhistas.	1,0 ponto por ocorrência



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

	Deixar de apresentar informações solicitadas pela fiscalização/gestão, sem a devida justificativa	1,0 ponto por ocorrência
Faixas de ajustes no pagamento	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
Observações	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas as ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontos	Desconto
3,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

5. DA ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências do período de aferição:

INDICADOR 1	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 2	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades na entrega do objeto do contrato pactuado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e a empresa CONTRATADA, e é parte integrante do contrato.

6.2 Este instrumento apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços;

6.3 Além disso, o intuito deste instrumento é solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.

j) Da modalidade de licitação e do modo de disputa:

Visto se tratar objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sugerimos a utilização da modalidade de licitação “pregão eletrônico”. Quanto ao modo de disputa, sugere-se que seja utilizado o modo ABERTO/FECHADO, de acordo com a praxe adotada em últimas licitações deste Regional para contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme se observa o PA nº 20.411/2023 - doc. 34 (profissional multimídia), e PA nº 18.606/2023 - doc. 82 (recepcionista libras). Esta modelagem tem como finalidade evitar uma competição de forma desarrazoada comprometendo a exequibilidade das propostas.

Quanto à participação de consórcios, com contribuição da Seção de Licitações, propomos a não participação. A decisão sobre a viabilidade de participação de consórcios em certames licitatórios insere-se na esfera da discricionariedade da Administração Pública, sendo que a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma não se observou prestação de serviços dessa natureza na forma de entes consorciados e nem evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Nos termos da IN 5/2017, serão utilizados os seguintes INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR:

1) Entrega de documentação prevista no contrato (para comprovações de recolhimentos fiscais e trabalhistas, entre outros) ou que vierem a ser solicitados pelo gestor/ Administração;

2) Incidência de ausências dos empregados;

3) Taxa de cumprimento de ordens de serviço ou demandas.

Quanto à habilitação econômico-financeira será exigida:

1. Comprovação, inclusive por meio do SICAF, de Índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um):

1.1 Índice de Liquidez Geral - um valor superior a 1 indica que a empresa possui mais ativos de curto prazo do que dívidas de curto prazo, o que é positivo para a sustentabilidade financeira e a capacidade de cumprir obrigações futuras sem problemas de liquidez. Esta exigência para habilitação econômica da empresa de prestação de serviços a ser contratada demonstra uma boa capacidade de gerenciar suas obrigações de curto prazo, indicando estabilidade financeira e continuidade operacional para o serviço prestado.

1.2 Liquidez Corrente: do mesmo que ILG, também será exigido do licitante que este índice seja superior a 1, o que indicará que a empresa tem recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Isto é necessário para confirmar que a empresa tem recursos imediatamente disponíveis para operar nesta contratação, minimizando riscos financeiros que poderiam afetar a prestação do serviço.

1.3 Solvência geral: um valor superior a 1 indicará que a empresa possui mais ativos do que dívidas no longo prazo, o que é crucial para a sustentabilidade financeira a longo prazo. Este índice assegurará que a empresa tem uma estrutura de capital saudável, capaz de suportar suas operações sem comprometer sua estabilidade financeira.

2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (ativo circulante - passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social:

Isto se justifica pela necessidade de verificar se a empresa prestadora de serviços possui uma reserva adequada de recursos de curto prazo para operar de forma eficiente e sustentável. Isso assegura que a empresa tenha recursos suficientes para cobrir suas despesas operacionais e financiar seu ciclo de caixa, sem depender excessivamente de financiamento externo de curto prazo. Isso reduz o risco de interrupções nas operações devido a problemas de liquidez. Demonstra ainda capacidade de cumprir compromissos de curto prazo, resiliência financeira, pois terá melhores condições para enfrentar flutuações econômicas e desafios operacionais sem comprometer sua estabilidade financeira, e, ainda, sustentabilidade operacional.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

3. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Este requisito visa demonstrar a segurança e a capacidade financeira da empresa terceirizada para executar o serviço contratado de forma eficiente e sustentável. Os benefícios decorrentes desta comprovação são: segurança na execução do contrato, proteção contra insolvência (reduz o risco de falhas na prestação do serviço devido a dificuldades financeiras) e transparência e conformidade legal (demonstra que a empresa está em conformidade com as normas contábeis e legais vigentes).

IV – Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

Os postos de trabalho visam atender a demandas específicas, de forma integrada, com as seguintes áreas da Comunicação no tribunal:

- Imprensa:
 - a) Produção de notícias diárias para o público interno e externo;
 - b) Divulgação de assuntos com potencial informativo;
 - c) Cobertura de reuniões e eventos;
 - d) Releases e distribuição de conteúdos para veículos de imprensa;
 - e) Gerenciamento de conteúdo para o Facebook, Twitter, Instagram e Youtube (elaboração de peças gráficas e conteúdo em linguagem própria ao meio), bem como monitoramento das redes;
 - f) Clipping diário (busca e listagem de notícias sobre a Justiça do Trabalho em Mato Grosso veiculadas na mídia);
 - g) Produção e envio de mensagens para magistrados e servidores via Whatsapp;
 - h) Coordenação de contatos e relações com a mídia;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

i) Produção de material informativo de apoio;

- Marketing Institucional:

- a) Elaboração de campanhas institucionais;
- b) Monitoramento do conteúdo e recursos do portal do TRT, interagindo com as unidades, em especial à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC);
- c) Veiculação de peças publicitárias e institucionais;
- d) Gestão do Manual de Identidade Visual da Justiça do Trabalho;
- e) Criação de layout de peças de sinalização predial do complexo-sede e varas do interior;
- f) Apoio na divulgação de programas das áreas socioambiental, planejamento estratégico, qualidade de vida, trabalho seguro, trabalho infantil, ouvidoria e outros;
- g) Criação e atualização de hotspots e websites de projetos e ações desenvolvidos pelo Tribunal.

- Rádio e TV

- a) Gravação, edição e distribuição de conteúdo audiovisual;
- b) Produção, gravação e veiculação de eventos, com disponibilização pelo site e redes sociais;
- c) Gestão do conteúdo do circuito interno de TV (mídia indoor);
- d) Gerenciamento do banco de imagens (foto, áudio e vídeo) da Comunicação Social.

- Além disso, a equipe da Comunicação Social oferece suporte em outras unidades do tribunal, especialmente com a Escola Judicial para:

- a) Apoio técnico em eventos de capacitação;
- b) Criação e disponibilização de conteúdos para a página de internet da Escola Judicial.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- c) Criação de artes gráficas para divulgação dos eventos de capacitação e certificados de participação.

Vale ressaltar, ainda, que outras demandas surgem esporadicamente, através de parcerias não só com as unidades interna, mas também com outros órgãos e instituições.

Para a área de multimídia, que utiliza a interface com audiovisual e de design, não existem servidores lotados na CCOM especializados em produção de videografismo, suporte tecnológico, apoio técnico em eventos e gerenciamento dos produtos nos sites e redes sociais. Tão pouco existem servidores para a transmissão de eventos e sessões, oportunidade em que são necessárias, pelo menos, duas pessoas, sendo uma responsável pela captação de imagens, enquadramento e corte de câmeras e outra pela captação de áudio (mesa de som), operação do sistema de videoconferência (Zoom) e conversão do sinal para o Youtube, além de cuidar do retorno de áudio e vídeo para quem estiver de forma presencial e remota.

Tendo em vista que a jornada de trabalho é de 6 (seis) horas diárias e que alguns eventos ocorrem o dia inteiro, sobretudo as sessões de julgamento da 2ª Turma, é necessário ter pelo menos quatro pessoas para operar os sistemas de transmissão. Além disso, precisamos também de pessoal para realizar outras atividades cotidianas da Comunicação Social, como edição de vídeo, fotografia, filmagem, criação de artes e diagramação. Lembrando que, como explicado anteriormente, foram realizadas 528 horas de transmissão de eventos, em 2023.

Nesta contratação, também pretende-se atender aos eventos telepresenciais da Escola Judicial. Atualmente, a CCOM realiza as transmissões dos eventos presenciais da EJUD. Com o aumento de três para quatro postos de trabalho, será possível também atender, desde que não haja concomitância de mais de dois eventos no mesmo dia, as capacitações online, diminuindo os gastos com o contrato de foto e filmagem sob demanda.

Item	Posto	Qtd de profissionais	Local	CBO
1	Produtor multimídia	4	TRT24	2621-35

A inexistência no Tribunal de servidores dedicados à essas áreas compromete o resultado dos serviços prestados por esta Coordenadoria e, consequentemente, impactam no cumprimento das metas definidas por outras unidades no Planejamento Estratégico do TRT/MS, sendo indispensável a terceirização na quantidade estipulada por este ETP.

A demanda necessária para desenvolver as atividades descritas é de 04 (**quatro**) postos de trabalho, considerando as horas estimadas de atividades e quantidade de terceirizados necessários para cada tarefa.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Unidade	Horas/ano	Qtd de terceirizados	Atividade
Pleno	528	3 pessoas por evento	Sonorização, captação de imagem, transmissão ao vivo, gestão da sala virtual de videoconferência, inserção do intérprete de libras e legendas.
EJUD	630,5	2 pessoas por evento	Sonorização, transmissão ao vivo, gestão das telas de projeção e sala virtual de videoconferência, inserção do intérprete de libras e legendas.
CCOM	450	2 pessoas por evento	Gravações e edições de áudio e vídeo.
CCOM	450	2 pessoas por evento	Produção de conteúdo multimídia (texto, áudios e vídeos).
CCOM	400	1 pessoa	Criação de artes gráficas (webdesign).
TOTAL	2.458,5	4 terceirizados	

Excluindo os dias em que não há expediente, são necessárias 223,5 horas de trabalho por mês, o que equivale a cerca de 56 horas semanais. Tendo em vista que cada terceirizado tem uma jornada de 30 horas semanais e de que muitas atividades são desenvolvidas em equipe com pelo menos duas pessoas, fica comprovado que a quantidade de quatro profissionais consegue atender as demandas de forma justa, sem ociosidade ou sobrecarga de trabalho.

V – Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:

A contratação da execução, indireta, dos serviços do profissional multimídia, objeto desta demanda, tem suporte no § 1º, art. 1º do Dec. 2.271/1997, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

a) Levantamento de mercado:

Listamos abaixo os órgãos pesquisados, o método de contratação dos serviços especializados de Comunicação Social, cujos documentos estão nos autos do processo.

- O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) contratou postos de trabalho para o cargo de produtor multimídia – designer gráfico e editor de vídeo com carga horária de 30h semanais, no Pregão eletrônico 89/2022, com salário de **R\$ 4.124,84**.
- O contrato do TRT23 com a empresa UP Ideias (Contrato nº 01/2020 prorrogado por 5 anos por meio do sétimo termo aditivo, com validade até 06/02/2025) para posto de “Produção Multimídia” (30 horas), oferece a remuneração de **R\$ 3.547,04** para cada posto de trabalho.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

• No contrato do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 92/2018, o Tribunal Superior do Trabalho contratou 03 (três) postos de trabalho como Técnicos de Sistemas Audiovisuais, com salário mínimo de **R\$ 3.125,82** para 30 horas/semana e de **R\$ 4.693,11** para editor de mídia audiovisual, valores que vem sendo repactuados desde então.

• No TRT da 10ª Região (DF/TO), o contrato 55/2019 contempla o posto de trabalho de designer/diagramador, com vencimento de R\$ 3.723,13. O valor atualizado está estimado em **R\$ 4.305,14**. Já o posto de trabalho de repórter tem salário de R\$ 6.133,88 para 30 horas semanais.

• No TRT da 19ª Região (AL), o Contrato 14/2019 apresenta os postos de trabalho de editor de vídeo, operador de vídeo e operador de áudio, todos com salário de R\$ 3.744,93 para jornada de 30 horas semanais. O valor atualizado está estimado em **R\$ 4.341,26**.

• O TRF da 6ª Região (MG) contratou operadores de áudio e vídeo no Pregão eletrônico 2/2023 com salários de **R\$ 4.789,71** para 150 horas mensais.

• O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Pregão Eletrônico 17/2023, possui contrato para os seguintes postos e salários: operador de mídias audiovisuais – **R\$ 6.146,61**; editor de mídias audiovisuais – **R\$ 7.538,01** e técnico em sistemas audiovisuais – **R\$ 6.343,01**, todos para 36 horas semanais.

• A Câmara dos Deputados previu a contratação de operadores de mídia audiovisual (30 horas semanais) por salários de **R\$ 5.496,53** e de editor de mídia audiovisual por **R\$ 6.721,09**, no Pregão Eletrônico 147/2023.

Conforme depreende-se das contratações acima mencionadas e das duas contratações anteriores (PA 21585/2020 e 19520/2022), a contratação por postos de trabalho é usual na Administração Pública nas contratações de serviços especializados de Comunicação Social.

Muito embora exista a alternativa de contratação com pagamento exclusivamente pelos serviços prestados sob demanda, tal forma de execução seria demasiadamente lenta e ineficiente para a administração, levando em consideração as características específicas desse tipo de serviço, que deve ser realizado, muitas vezes, de forma urgente, dinâmica e que demanda acompanhamentos e verificações constantes de conteúdo.

A contratação por tarefa também apresenta problemas persistentes como a falta de conhecimento básico dos procedimentos organizacionais do tribunal por parte dos profissionais escalonados pela empresa para atender o evento, como estrutura



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

administrativa, conteúdos de interesse e formas de abordagem dos conteúdos, conhecimento técnico para aplicação de projetos identificados com a comunicação institucional do tribunal. Para suprir as deficiências citadas, sempre foi necessário um acompanhamento de perto de servidores para que não ocorressem erros graves, gerando assim, retrabalhos e diminuição da produtividades dos próprios servidores lotados na Comunicação Social.

E, conforme já mencionado, a contratação dos serviços de Comunicação Social por postos de trabalho foi o método escolhido para as contratações anteriores, havendo diversas empresas interessadas no pregão eletrônico e atendendo de forma suficiente às necessidades deste Tribunal.

Além disso, registra-se a responsabilidade maior dos terceirizados em relação às tarefas desempenhadas, pois há a necessidade de ações propositivas por parte deles, que envolvem a participação nas etapas de planejamento e criação de todos os produtos, campanhas e demais projetos, bem como mais conhecimento técnico e das estruturas do tribunal, bem como de seu corpo funcional, o que facilita o desempenho das atribuições.

Ao considerar essa responsabilidade maior do profissional para preencher o posto de trabalho, entende-se que a experiência e conhecimento sejam fundamentais para se evitar reprovação de trabalhos, com qualidade abaixo do esperado e ainda entregues fora do prazo. Ressalta-se que, na maioria das vezes, as demandas devem ser atendidas prontamente e não há tempo suficiente para se refazer os trabalhos.

Ainda, insta salientar que a natureza do serviço demanda um conhecimento técnico especializado que pode ser melhor atendido por profissionais dedicados exclusivamente a este fim. Ao optar por uma mão de obra exclusiva, garantimos que os empregados alocados possuam a expertise necessária para enfrentar os desafios específicos de comunicação, conhecer os equipamentos audiovisuais disponibilizador pelo tribunal para a execução das tarefas, garantindo a qualidade nos serviços prestados e a sinergia entre a equipe.

b) Justificativa da escolha:

Diante do já aqui exposto fica claro que seria impraticável a contratação de serviços de especializados de Comunicação por demanda para atender as atividades diárias, cabendo esse tipo de contratação apenas em eventos específicos de grande porte ou para atender atividades que não poderiam ser executadas pela CCOM por falta de equipamentos específicos.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Primeiro, há a dificuldade de se elencar os possíveis serviços de comunicação Social, que são dinâmicos e específicos, não cabendo o detalhamento em uma ordem de serviço. Segundo, o tempo, o custo e o orçamento para solucionar problemas teria que ser analisado caso a caso pela fiscalização, o que não é possível com a pouca equipe disponível.

Com a explanação acima, pretende-se demonstrar o seguinte:

1. Os serviços especializados de Comunicação Social possuem escopo específico em relação a outros tipos de serviços passíveis de contratação pela Administração.
2. É impraticável montar uma lista extensiva/exaustiva de serviços por causa das peculiaridades de cada caso.
3. O método mais adequado para execução dos serviços especializados de Comunicação Social é por posto de trabalho.

Os profissionais devem se familiarizar com os equipamentos audiovisuais e sistemas operacionais para transmissão de eventos e sessões de julgamento para execução dos serviços de Comunicação Social (ganho de sinergia). Pela natureza dinâmica dos serviços, as demandas surgem de forma inesperada, sendo imprescindível a disponibilidade de mão-de-obra para executar as tarefas assim que as mesmas surgirem. Por isso, os profissionais devem ser contratados com dedicação exclusiva ao TRT24. Na contratação por demanda, teríamos o sério risco de profissionais alheios aos equipamentos audiovisuais e sistemas operacionais executarem com lentidão e imperícia por desconhecerem o modus operandi, além de prejudicar a qualidade e agilidade dos trabalhos.

Não há servidores suficientes para fiscalizar uma contratação por unidade de serviço. Numa eventual contratação por unidade de serviço, (a) o fiscal receberia o pedido, (b) encaminharia ao prestador de serviço, (c) receberia a prévia do serviço, (d) faria análise técnica e pediria ajustes, (e) devolveria para o prestador fazer as adequações necessárias, (f) faria nova análise e, não havendo necessidade de novos ajustes, aprovaria a tarefa, (g) faria o relatório do serviço, (h) faria os procedimentos para pagamento, sobrecarregando toda a máquina administrativa para pagar a nota fiscal.

A contratação por postos de trabalho permite otimizar a fiscalização por focar nos resultados. Neste caso, o fiscal (a) recebe a demanda de serviço, (b) encaminha ao prestador de serviço, (c) o profissional executa o serviço e (d) entrega ao fiscal.

Considerando o acima exposto, mostrou-se justificada a escolha da contratação de serviços especializados de Comunicação Social por postos de trabalho. Esta se mostra a solução mais viável para a Administração em comparação com o modelo por unidade de serviço, com agilidade, eficiência e menor preço.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

VI – Estimativas do valor da contratação:

Para definição do valor estimado foram consideradas as médias das contratações com órgãos públicos e de mercado, a convenção coletiva e o valor pago na última contratação similar. Atualmente, o salário dos postos terceirizados (já considerando o adicional por acúmulo de função) é de **R\$ 3.413,20** – valor apostilado em agosto de 2023 (PA 19520/2022).

Somando os salários dos postos terceirizados na área de Comunicação Social dos órgãos pesquisados (apresentados no item 5), obtivemos a média salarial de **R\$ 4.845,07** para cargos compatíveis com o produtor multimídia.

Em Mato Grosso do Sul, apenas a profissão de publicitário possui convenção coletiva de trabalho, sendo que as categorias de jornalista, designer gráfico, produtor multimídia e radialista não tem piso salarial estadual ou nacional. De acordo com a CCT 2024/2025 dos trabalhadores em empresas de publicidade em MS, o salário não poderá ser inferior a **R\$ 2.065,39** (atualizado em maio/2024).

Ainda de acordo com o Sindicato dos Radialistas e Publicitários Profissionais de Mato Grosso do Sul, existe uma tabela de salários referencial para aqueles que atuam como radialistas, a qual vem sendo utilizada como parâmetro para definição dos salários dos terceirizados do TRT24 na área de Comunicação (PROADs 21585/2020 e 19520/2022). A tabela de salário, atualizada em maio de 2024, indica um valor médio de **R\$ 3.200,00** para um produtor de rádio e TV, ocupação similar ao de produtor multimídia, de acordo com a classificação brasileira de ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (vide documentos nos autos)⁴.

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul também foi consultado e informou que o salário da categoria é de **R\$ 3.676,12**.

Seguindo a lógica das últimas contratações e atentando-se ao princípio da razoabilidade, fixou-se, novamente, a tabela do Sindicato dos Radialistas e Publicitários Profissionais de

⁴ Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Mato Grosso do Sul para definição do salário. De acordo com o documento, o menor e o maior salário pago à categoria de radialistas varia de R\$ 1.554,00 a R\$ 3.980,00 excluindo do cálculo o salário de Diretor de Programação/Diretor Artístico, visto tratar de função que não será exercida pelos terceirizados. A partir desses valores, é possível chegar a um salário-base médio da categoria de **R\$ 2.767,00** ($R\$ 1.554,00 + R\$ 3.980,00 \div 2$). Tendo em vista que os profissionais irão acumular mais de uma atribuição, é necessário o pagamento de um adicional de 40% por acúmulo de função, de acordo com o artigo 13 da Lei dos Radialistas⁵. Assim, sugere-se que o salário base mínimo seja de **R\$ 3.873,80**.

As tabelas fornecidas pelo sindicato, apresentadas neste estudo, refletem os valores de mercado. Em contrapartida, os dados obtidos em bancos de informações públicas indicam valores, por vezes, superiores àqueles praticados no mercado local.

A pesquisa de mercado realizada pela equipe de planejamento está compatível com os preços praticados no mercado local e também com as contratações realizadas por outros órgãos públicos, elencadas no item 5 e nos documentos 11 a 14 anexados ao Processo Administrativo 1495/2024. Também foi anexada ao mesmo PA, doc. 68, planilha comparativa entre os valores de salário encontrados e o valor sugerido neste Estudo, constatando que o valor está adequado a realidade do mercado de trabalho para os serviços requisitados.

A categoria é regida pela 6.615/1978, cuja observância é obrigatória, juntamente com os demais dispositivos legais que regulam contratações públicas. O não cumprimento dos critérios estabelecidos por essa lei pode acarretar a responsabilização legal do tribunal, na condição de contratante dos serviços.

A categoria não dispõe de Convenção Coletiva de Trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, contudo foram utilizados os acordos coletivos de diversas empresas do ramo audiovisual como base para o cálculo dos salários sugeridos por este estudo, método que vem sendo empregado em contratações similares desde 2020, como pode ser observado nos processos 21585/2020, 19520/2022 e 20411/2023.

Os valores sugeridos neste estudo são compatíveis tanto com o mercado de trabalho local quanto com a natureza dos serviços a serem executados, considerando que os profissionais atuarão em diversas frentes de trabalho, justificando o acréscimo previsto. A não concessão deste adicional, conforme disposto em lei, pode dificultar a

⁵ Fonte:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6615.htm#:~:text=Art%2015%20%2D%20Quando%20o%20exerc%C3%ADcio,por%20cento\)%20sobre%20o%20sal%C3%A1rio.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6615.htm#:~:text=Art%2015%20%2D%20Quando%20o%20exerc%C3%ADcio,por%20cento)%20sobre%20o%20sal%C3%A1rio.)



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

contratação de profissionais qualificados por parte da prestadora de serviços, além de elevar a rotatividade de funcionários, o que comprometeria a adequada execução dos serviços.

Além disso, conforme se observa nos julgados do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) listados abaixo, o descumprimento desse dispositivo legal poderá resultar na responsabilização subsidiária do contratante, caso os empregados da contratada ajuízem reclamação trabalhista. Inclusive, conforme demonstrado abaixo, há jurisprudência na aplicação analógica dessa legislação em casos semelhantes.

(TST - RR: 00020587520145090012, Relator: Alberto Luiz Bresciani De Fontan Pereira, Data de Julgamento: 06/06/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: 15/06/2018):

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13. 015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Preliminar que se deixa de examinar, com base no art. 282, § 2º, do CPC. II - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13. 015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RADIALISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. MESMO SETOR. DIFERENÇAS SALARIAIS. Diante de potencial violação do art. 13, I, da Lei nº 6.615/78, merece processamento o recurso de revista, quanto ao tema. Agravo de instrumento conhecido e provido. III - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13. 015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RADIALISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. MESMO SETOR. DIFERENÇAS SALARIAIS. O entendimento firmado na SBDI-1/TST está posto no sentido de que é devido o pagamento de um adicional por cada função acumulada pelo radialista no mesmo setor. Recurso de revista conhecido e provido.

(TST - RR: 2511005720055090002, Relator: Horacio Raymundo De Senna Pires, Data de Julgamento: 13/10/2010, 3ª Turma, Data de Publicação: 22/10/2010):

RECURSO DE REVISTA. RADIALISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. SETORES DISTINTOS. DIFERENÇAS SALARIAIS – Este e. Tribunal, interpretando os arts. 13, I e II e 14, da Lei 6.615/78, firmou entendimento de ser devido o pagamento de adicional na hipótese de acúmulo de funções dentro do mesmo setor, e de salários distintos pelo exercício acumulado de funções de setores diversos. Assim, o e. Tribunal Regional, ao manter a r. sentença de origem que condenou as Reclamadas em 40% (quarenta por cento), sobre o salário-base de cada uma destas funções, harmonizou-se com o entendimento jurisprudencial desta Corte. Recurso de Revista parcialmente conhecido e não provido.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

(TRT-24 00242967320145240076, Relator: NICANOR DE ARAUJO LIMA, Data de Julgamento: 25/06/2015, 1ª Turma)

ACÚMULO DE FUNÇÃO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 13 DA LEI N. 6.615/78. Nos casos em que se verifica o acúmulo de função, é devido um acréscimo salarial, aplicando-se analogicamente o art. 13 da Lei n. 6.615/78, que prevê o direito ao recebimento de adicional de acúmulo de função de 10%, 20% ou 40% para o radialista.

A aceitação de um valor maior que o piso da categoria salarial para os prestadores de serviços atendem princípios da Administração Pública como:

- a) Razoabilidade: os representantes das categorias profissionais, ao estabelecerem o piso para a sua categoria, o fazem no sentido de impedir o aviltamento dos serviços prestados por seus representados. Estes pisos são referenciais mínimos, geralmente seguidos por categorias que não exigem tanta qualificação técnica, ou mesmo por empregados em começo de carreira. Não seria razoável admitir que a Administração Pública contratasse somente profissionais em nível básico e inicial de sua carreira, ou mesmo sem as qualificações técnicas adquiridas pelo exercício da profissão para postos de trabalhos estratégicos na área de Comunicação;
- b) Eficiência: a qualidade do prestador de serviços está diretamente relacionada com a remuneração e demais benefícios que ele recebe. Exigir que a empresa terceirizada pague salários baixos de forma a viabilizar a sua vitória no certame, seria admitir que a Administração Pública se satisfizesse com prestadores aquém dos padrões de mercado e com qualificações que possivelmente comprometeriam o nível da qualidade atual das atividades desenvolvidas e o progresso sucessivo nos resultados, além de contribuir para o aumento da rotatividade do corpo de trabalhadores.

Importante registrar que a equipe de planejamento realizou pesquisa de preços em conformidade com o previsto na Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN 03/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG, como pode ser observado nos documentos 11 a 14 anexados ao Processo Administrativo 1495/2024.

Tendo em vista que não há Convenção Coletiva da categoria, não vamos prever vale alimentação na instrução do processo, seguindo orientação da Assessoria Jurídica do TRT24.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Usando como referência o salário base mínimo de **R\$ 3.873,80** e a planilha de custos do posto de trabalho, estimam-se os seguintes valores para os terceirizados:

Estimativa de Contratação de Serviços				
Cargo	Remuneração*	Total mensal por empregado**	Total mensal por posto	Total anual por posto
Produtor multimídia	R\$ 3.873,80	R\$ 8.015,54	R\$ 32.512,00	R\$ 390.144,00

*Remuneração básica do prestador de serviço, conforme média pesquisada;

** Remuneração somada com encargos sociais e benefícios previstos na CLT, como 13º, férias, 1/3 de férias, FGTS e outros custos como B.D.I., ISS, etc. Cálculo com reposição de 30 dias durante as férias.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

Ao considerar a necessidade de melhorar o ambiente organizacional, informar o cidadão e valorizar a imagem institucional, a Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região promove campanhas institucionais, conteúdos informativos, eventos administrativos e educativos para interagir com os públicos de interesse (interno e externo).

Diante da ausência de servidores, é necessário contratar empresa que executará serviços especializados de Comunicação Social por meio de mão de obra especializada nos prédios da Justiça do Trabalho no Mato do Sul.

O presente estudo técnico preliminar tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo terceirizado na área de produção multimídia, com alocação de 04 (quatro) postos de trabalho para fornecer serviços na área de Comunicação Social, a fim de atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A Equipe de Planejamento da Contratação seguiu a sugestão de análise disponibilizada pelo TCU*:

1) É tecnicamente viável dividir a solução? Não.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

2) economicamente viável dividir a solução? Não.

3) Há perda de economia de escala ao dividir a solução? Sim.

4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? Não.

(*) Fonte: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>

Ainda, consoante Lei nº 14.133/2021, transcrevemos o seguinte artigo:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

- I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho;
- II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados: I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

Considerando os ganhos técnicos de desempenho, de especificações, de sinergia, de responsabilidade dos profissionais que estarão exclusivos, assim como pela redução de custos na fiscalização de somente um contrato serviço constata-se a vantajosidade no não-parcelamento da solução.

Conforme já apontado neste estudo, verifica-se que em contratações de outros órgãos houveram licitantes em quantitativos suficientes, demonstrando a competitividade. Sendo assim, a contratação deve-se dar em lote único.

IX – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

A contratação dos prestadores de serviço pretende garantir a execução de projetos específicos de comunicação institucional, que visam dar maior visibilidade ao tribunal, estreitar as relações com os públicos de interesse e fortalecer a identidade institucional. Além disso, vai possibilitar a continuidade das transmissões das sessões de julgamento e eventos institucionais no Youtube e a visibilidade dos serviços prestados pelo Tribunal, gerando impacto positivo em relação à imagem institucional e aproximando o Poder Judiciário da população.

De modo mais específico, os serviços em produção multimídia deverão fortalecer as estratégias de comunicação periódicas, muitas delas diárias:



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- a) digital/internet – site, redes sociais, mídia indoor e intranet;
- b) audiovisual – transmissão e gravação de eventos e sessões de julgamento, reportagens e materiais educativos e institucionais;
- c) apoio técnico a eventos ao vivo – sonorização, videoconferências e gestão de conteúdos multimídia.

Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, das obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades de maior relevância.

**X – Providências a serem adotadas pela Administração
previamente à celebração do contrato:**

Não serão necessárias adequações no ambiente do Tribunal.

Sugere-se, todavia, a capacitação constante dos Gestores e Fiscais, durante a execução contratual, na fiscalização e gestão de contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

XI – Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Para a presente solução, foram analisadas as contratações de serviços especializados de Comunicação Social, ainda em vigência, PA 19520/2022 e 21585/2020. Também foi considerado o processo administrativo 21828-2022 (manutenção predial).

**XII – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas
medidas mitigadoras:**

Não há possíveis impactos ambientais para a contratação em questão.

**XIII – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da
contratação para o atendimento da necessidade:**

Com base nestes estudos, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, porquanto todos os requisitos relevantes da contratação foram levantados e analisados.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

**MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA
CONTRATAÇÃO**

MARCELA DE MENEZES DÓRIA ALBRES
Coordenadora de Comunicação Social

GABRIEL VALIM DA SILVA
Técnico Judiciário lotado na CCOM

MATEUS COMINETTI
Seção de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Inovação

CLAUDIA ALINE DE PAULO LEPESTEUR
Técnica Judiciária lotada na SSAI
(em caso de ausência do titular)

**MEMBROS DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA
CONTRATAÇÃO**

MARCELA DE MENEZES DÓRIA ALBRES
Gestora

GABRIEL VALIM DA SILVA
Fiscal

CLARICE MESQUITA DE ALMEIDA
Gestora ou Fiscal substituta